

CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Lei Estadual – Nº 10.546 / 2015

Ata da 113ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Assistência Social da Paraíba

Local: Ambiente Virtual Google Meet

Data: 21/01/2021

Aos 21 dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um, se deu de forma remota a 113ª reunião Ordinária do Conselho Estadual de Assistência Social do Estado da Paraíba - CEAS/PB, com a participação de forma remota das/os conselheiras/os; Gigliola Marcelino (titular) – Representante dos trabalhadores do SUAS; Francisca das Chagas Fernandes Vieira (titular) - Representante da SEDH; Keiles Lucena de Macedo (titular) - Representante do COEGEMAS; Ângela Maria de Sousa Almeida (suplente) - Representante do Instituto de Educação aos Cegos do Nordeste - IEACN; Maria Juliana Gomes do Nascimento (titular) - Representante da Ação Social Arquidiocesana -ASA; Aline Gomes de Nascimento (suplente) - Representante da Ação Social Arquidiocesana -ASA; Emanuelle Galdino de Oliveira Moura (titular) - Representante da SEMDH; Emanuel Luiz Pereira da Silva (titular) - Representante da UFPB; Márcia Cristina Lucena Farias de Sousa (titular) - Representante da SEPLAG; Kassandra Domingas de M. Batista (titular) - Representante dos trabalhadores - CRESS; Ednaura Nascimento Rodrigues (titular) - Representante das entidades CEFEC/PB; Luciano Lourenço da Silva (titular) - Representante dos usuários do SUAS; Adjane de Medeiros Rocha (titular) - Representante das trabalhadoras do SUAS; Isa Lidiane de Lima Pereira (suplente) - Representante dos usuários do SUAS; Daniela Ninfa - Secretaria Executiva do CEAS; Maria da Conceição Farias - Secretaria Executiva do CEAS; Evelyne Rose de Araújo Silva- Secretaria Executiva do CEAS. A presidente Gigliola Marcelino dá boas vindas aos conselheiros. A técnica do CEAS Daniela Ninfa faz a leitura dos pontos da pauta; I – Cronograma das reuniões ano 2020; II – Composição das Comissões e Grupos de Trabalho do CEAS (biênio 2020/2022); III - Parceria com o MP/PB no Comitê de Monitoramento e Fiscalização das ILPIs; IV – Informes. Os conselheiros presentes decidiram que as reuniões ordinárias mensais deverão ser realizadas na terceira semana de cada mês nas quintas feiras. Quanto à formação das comissões e grupo de trabalho do CEAS para o biênio 2020/2022. O informativo com as devidas atribuições de

34 cada comissão foi encaminhado por e-mail para análise e conhecimento dos conselheiros
35 que deverá ter a participação de todo colegiado entre titulares e suplentes e estão divididas
36 em quatro comissões; 1 - Orçamento e Financiamento da Política de Assistência Social; 2 -
37 Apoio aos Conselhos Municipais de Assistência Social; 3 - Acompanhamento a Gestão
38 Estadual e aos Programas, Projetos, Serviços e Benefícios Socioassistenciais; 4 - Normas da
39 Política de Assistência Social. Todos os conselheiros presentes fizeram as suas opções. Os
40 conselheiros foram informados sobre a parceria com MP/PB no Comitê de Monitoramento e
41 Fiscalização das Instituições de Longa Permanência para Idosos – ILPIs. Em cada visita de
42 fiscalização o MP/PB informará ao conselho solicitando um representante do CEAS para se
43 integrar ao grupo. Até o momento o MP/PB não enviou ao conselho cronograma das visitas.
44 Nos informes; foi apresentado o ofício n ° 08/2021/CRESS que solicita o apoio do CEAS
45 em relação à inclusão dos/as trabalhadores/as da Política de Assistência Social no Plano
46 Estadual de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19 na Paraíba, por estarem
47 executando serviços e programas essenciais para manutenção e acesso aos direitos básicos
48 da população, os mesmos estão na linha de frente do combate aos desdobramentos
49 socioeconômicos intensificados pela Pandemia do Corona vírus, operacionalizando o acesso
50 a direitos sociais, tais como os benefícios eventuais. A conselheira Kassandra Domingas
51 mencionou que por mais que estejamos numa conjuntura muito difícil, que não tem vacina
52 suficiente para os profissionais da saúde, mas nossa luta não deve partir dessa perspectiva,
53 até porque já tomamos conhecimento que no estado da Paraíba e em outros municípios do
54 Brasil, as pessoas estão furando a fila para serem vacinadas, sabemos que existe a vontade
55 política, sabemos que o Plano Operacional já vem determinado pelo Ministério da Saúde,
56 mas isso não impede de lutarmos em prol dos trabalhadores do SUAS, que no período da
57 pandemia e até agora não pararam de trabalhar, mesmo em forma de escala. Em nota o
58 CRESS esclarece que a defesa é da vacinação gratuita para todos/as os/as trabalhadores, e
59 que os ofícios encaminhados para o CEAS, para SEDH e para o governo do estado é uma
60 tentativa de ter esses atores ao nosso lado nessa luta. O conselheiro Emanuel Luiz menciona
61 que enquanto conselho devemos endossar junto com o CRESS na garantia do direito a
62 vacinação para todos. A conselheira Emanuelle Galdino em sua fala menciona que estamos
63 aqui para defender os profissionais nos quais representamos, sabemos que no período do

64 auxilio emergencial, quando algumas pessoas estavam com problemas na documentação ou
65 com dificuldade de acessar os cadastros, eram essas pessoas que estavam prestando esses
66 serviços de informação e orientação. A conselheira Francisca das Chagas sugere que o
67 conselho estadual deve elaborar seu documento próprio endossando a solicitação do
68 CRESS. A conselheira Emanuelle sugere a formação de uma comissão para elaboração de
69 uma minuta e de um ofício. Para a comissão se dispuseram; as conselheiras Kassandra,
70 Emanuelle e Gigliola. A conselheira Emanuelle Galdino sugere como pauta para próxima
71 reunião ordinária do CEAS, debater sobre a possibilidade de oferecer uma formação
72 continuada para os conselheiros que estão compondo a nova gestão. Nada havendo mais a
73 tratar, a presidente encerrou a presente reunião em meio remoto, agradecendo a participação
74 de todas (os) participantes.

75

76